



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 3 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 2017.

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proc. MB-29/2016 – “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase 1: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”; -----
2. Requalificação Urbana de Penamacor – Fase 1: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila – Aprovação do Plano de Trabalhos Ajustado à Consignação; -----
3. Designação dos representantes da Autarquia no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches; -----
4. Atribuição de Apoio Financeiro – Associação de Municípios Natureza e Tejo.
5. Aprovação de Minuta de Protocolo de Cooperação Institucional entre o Centro de Formação de Associação de Escolas da Beira Interior e a Câmara Municipal de Penamacor; -----
6. Execução de Infraestruturas da 1ª alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor – Pedido de prorrogação do prazo da empreitada; -----
7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foram presentes ao Executivo as atas das últimas reuniões ordinárias realizadas em 18 e 27 de janeiro do ano de dois mil e dezassete, cujas fotocópias foram antecipadamente distribuídas a todos os membros do executivo. -----

Postas a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares nos termos do disposto nas alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), alterada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, entregou aos senhores vereadores declaração da Câmara Municipal de Penamacor e respetivos anexos, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PROC. MB-29/2016 – “REQUALIFICAÇÃO URBANA DE PENAMACOR – FASE 1: REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA”. ---

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que o órgão competente para decidir assuntos relacionados com esta empreitada é a Câmara Municipal, e tendo em vista o normal andamento dos trabalhos, proponho que: -----

- Seja nomeado o Eng. Raul Laranjeira, Chefe de Divisão em Regime de Substituição, representante do dono de obra, para assuntos relacionados com a fiscalização da obra; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

- Seja nomeado o Eng. Pedro Miguel Gaspar de Lima Faria, da firma FGP – Engenharia Civil, Lda., Diretor de Fiscalização de Obra e Coordenador de Segurança e Saúde em Obra. -----

Proponho ainda aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

2 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DE PENAMACOR – FASE 1: REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO À CONSIGNAÇÃO.

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que o órgão competente para decidir assuntos relacionados com esta empreitada é a Câmara Municipal, e tendo em vista o normal andamento dos trabalhos, proponho que: -----

Seja aprovado o Plano de Trabalhos da empreitada ajustado à consignação que mereceu parecer favorável da Fiscalização; -----

Proponho ainda aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA NO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RIBEIRO SANCHES. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei 224/2009, de 11 de setembro e republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, prevê a constituição em cada agrupamento de escolas de um conselho geral como órgão de direção estratégica. -----

Havendo necessidade de designar novos representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches, foi solicitado à Câmara Municipal, que indique três representantes. -----

Cabe à Câmara Municipal designar os representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, no exercício da competência que lhe está atribuída pelo nº 4 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho. -----

Assim, propõe-se que seja deliberado designar os seguintes representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas: -----

1 – Ilídia Alves Cruchinho Lélé; -----

2 – Ana Filipa Moiteiro Manteigas; -----

3 – Carla Isabel Nunes Matos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NATUREZA E TEJO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Constitui atribuição dos municípios promover e salvaguardar os interesses das respetivas populações, diretamente ou através da concessão de apoios a outras entidades legalmente constituídas e face às especiais atribuições em matéria de património, cultura e ciência e promoção do desenvolvimento, conforme dispõem as alíneas e) e m) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste contexto, proponho que seja deliberado: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Atribuir à Associação de Municípios Natureza e Tejo, no ano de 2017, um apoio financeiro no valor de € 18.270,00, ao abrigo da competência prevista na alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e com fundamento no conteúdo do ofício que se anexa e aqui se dá por reproduzido.

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O CENTRO DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS DA BEIRA INTERIOR E A CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Por força do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente do disposto na alínea d) do seu nº 2, na redação dada pela Lei nº 69/2015, são assacadas aos municípios atribuições em matéria de educação, ensino e formação profissional. -----

Neste contexto, assume-se como de todo o interesse para o Município de Penamacor a celebração com o Centro de Formação da Associação de Escolas da Beira Interior (CFAEBI), de um Protocolo de Cooperação Institucional com vista designadamente à implementação do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), à realização de ações de formação para pessoal docente e não docente e de outras atividades relacionadas com o ensino e a cultura. -----

Do Protocolo, cuja minuta se anexa, deverão resultar para o Município de Penamacor as obrigações descritas na respetiva cláusula terceira. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorize o Município a celebrar com o Centro de Formação da Associação de Escolas da Beira Interior (CFAEBI), o Protocolo de Cooperação Institucional cujo modelo se anexa e faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DA 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) nº 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei nº 197/99, de 8 de junho, autorizar a prorrogação graciosa do prazo da empreitada “Execução de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor”. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: carta apresentada pela firma António José Cruchinho & Filhos, Lda., de 30/jan./2017 e informação técnica (Processo 392/2017 EXT), de 31/jan./2017. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A concessão da prorrogação graciosa do prazo (sem direito a revisão de preços), por 60 dias seguidos, incluindo sábados, domingos e feriados, para execução da empreitada em epígrafe, até ao dia 1 de abril de 2017, solicitada pela firma António José Cruchinho & Filhos, Lda.; -----

Autorização para notificar o adjudicatário da prorrogação graciosa do prazo concedida; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 840.938,03 euro e uma despesa também acumulada de 763.487,97 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e cinquenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares